



**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICAS CULTURAIS DE MACAÉ – CMPCM
REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2026**

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, em primeira convocação, e às dezenove horas e trinta minutos, em segunda convocação, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé – CMPCM, de forma híbrida, com participação presencial no Centro Cultural, situado na Avenida Rui Barbosa, nº 780, Centro, Macaé/RJ, e participação remota por videoconferência. A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho, Kuíka. Aberta a sessão, passou-se inicialmente à apreciação das atas pendentes. Foi realizada a leitura da ata referente à reunião ordinária anteriormente realizada no mês de março de 2026. Após a leitura a ata foi submetida à apreciação do plenário, sendo aprovada pela maioria dos presentes. Em seguida, foi iniciada a discussão acerca da ata da reunião realizada em abril de 2026. Considerando o elevado nível de detalhamento do documento e a necessidade de revisão do modelo de elaboração das atas do Conselho, deliberou-se que a referida ata seria disponibilizada aos conselheiros para análise prévia, ficando sua aprovação transferida para a reunião subsequente. Também foi debatida a adoção de um formato mais sintético para as futuras atas, preservando os encaminhamentos e deliberações principais, sem prejuízo da manutenção dos registros completos em arquivo institucional. Na sequência, passou-se ao debate sobre a realização das reuniões do Conselho. Foram discutidas as dificuldades logísticas enfrentadas pelos conselheiros em razão da extensão territorial do município e da participação de representantes residentes em localidades distantes do centro urbano. Diversos conselheiros manifestaram-se favoravelmente à manutenção do formato híbrido, permitindo a participação presencial e remota dos membros. Também foi sugerida a disponibilização de transporte institucional para reuniões realizadas em distritos mais afastados, especialmente no Sana, visando ampliar a participação dos representantes culturais. Durante o debate, foi ressaltada a importância do comprometimento dos conselheiros com as atividades do colegiado, bem como a necessidade de fortalecimento das discussões estruturantes por meio de reuniões extraordinárias específicas para temas de maior complexidade. Prosseguindo, foi abordada a situação das vacâncias existentes no Conselho nas cadeiras dos segmentos de Audiovisual, Cultura Popular, Literatura e Teatro. Os conselheiros debateram os



33 mecanismos regimentais para preenchimento das vagas, sendo esclarecido que algumas
34 delas não possuem candidatos remanescentes dos processos eleitorais anteriores,
35 circunstância que autoriza a adoção do procedimento de indicação previsto no
36 Regimento Interno. Deliberou-se pela realização de ampla divulgação, por intermédio
37 dos canais oficiais do Conselho e do Grupo de Trabalho de Comunicação, para
38 recebimento de manifestações de interesse de agentes culturais aptos a ocupar as vagas
39 existentes, ficando a apreciação das indicações para reunião posterior. Em seguida,
40 iniciou-se o debate acerca da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB. Foram
41 apresentados informes sobre os editais em andamento, registrando-se o número de
42 inscrições recebidas e o cronograma atualizado dos processos seletivos. Os conselheiros
43 manifestaram preocupação quanto aos valores disponibilizados nos editais e à
44 capacidade de atendimento da demanda cultural do município, considerando o elevado
45 número de inscrições apresentadas. Diversas manifestações ressaltaram a necessidade
46 de suplementação dos recursos destinados ao fomento cultural, argumentando que os
47 valores atualmente disponibilizados são insuficientes para atender adequadamente os
48 agentes culturais e para viabilizar a execução de projetos com qualidade técnica
49 compatível com as exigências dos editais. Também foram levantados questionamentos
50 acerca dos critérios adotados para definição das áreas consideradas prioritárias ou
51 periféricas nos editais, especialmente quanto à ausência de determinados bairros e
52 localidades reconhecidamente vulneráveis. Os conselheiros destacaram a importância de
53 que futuras políticas de fomento observem com maior precisão a realidade territorial do
54 município e contemplem de forma mais ampla os diversos territórios culturais existentes
55 em Macaé. Durante as discussões, foi proposta a elaboração de manifestação
56 institucional do Conselho defendendo a suplementação dos recursos destinados à
57 PNAB, considerando a expressiva demanda apresentada pela classe cultural. Deliberou-
58 se pela elaboração de minuta de nota pública sobre o tema, cuja redação ficará a cargo
59 de conselheiros interessados, para posterior apreciação e validação pelo colegiado. Na
60 continuidade dos trabalhos, a conselheira Juliana, representante do segmento de
61 Artesanato trouxe ao plenário diversas demandas relacionadas ao funcionamento da
62 Feira de Artesanato e Cultura do Sana – CRIASANA. Foram relatadas dificuldades
63 relativas à ocupação dos espaços de exposição, à utilização do pátio para instalação de
64 bancas, à ausência de mecanismos efetivos de controle de frequência dos expositores, à



65 falta de pessoal de apoio durante todo o período de funcionamento da feira e à
66 necessidade de revisão do regulamento interno atualmente vigente. Também foram
67 registradas preocupações relacionadas à transparência dos critérios de ocupação dos
68 espaços e à participação dos artesãos nas discussões sobre eventual reformulação
69 normativa. Após amplo debate, os conselheiros entenderam que as questões
70 apresentadas demandam esclarecimentos formais por parte da administração
71 responsável pela gestão do espaço. Deliberou-se que as demandas seriam consolidadas
72 em expediente formal a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Cultura, solicitando
73 informações sobre o funcionamento da CRIASANA, os procedimentos adotados para
74 ocupação dos espaços, a atuação da coordenação responsável e os estudos relacionados
75 à eventual revisão do regulamento interno. Na sequência, passou-se à discussão da
76 pauta referente ao Teatro Municipal de Macaé. O Presidente ressaltou que o tema já
77 havia sido amplamente debatido em reuniões anteriores, motivo pelo qual propôs
78 concentrar os encaminhamentos na solicitação de informações oficiais à Secretaria
79 Municipal de Cultura acerca da situação atual do equipamento cultural. Informou ainda
80 que, no âmbito da Frente Parlamentar de Revitalização do Centro de Macaé, foi
81 aprovada proposta para que o antigo Clube Ipiranga seja transformado em um teatro
82 municipal multiuso. Esclareceu que a atual edificação do Teatro Municipal enfrenta
83 impedimentos de natureza técnica, especialmente relacionados às exigências do Corpo
84 de Bombeiros, uma vez que o imóvel não teria sido originalmente projetado para essa
85 finalidade. Em seguida, conselheiros manifestaram preocupação quanto à ausência de
86 informações sobre os recursos públicos destinados à reforma do teatro, mencionando a
87 divulgação de investimento no valor de R\$ 4.000.000,00, sem que houvesse
88 transparência sobre sua aplicação ou previsão para reabertura do espaço. Foi destacada a
89 importância de se obter esclarecimentos oficiais acerca da destinação desses recursos,
90 do andamento das obras e das perspectivas para disponibilização de um teatro adequado
91 à cidade, considerando a relevância do equipamento para as atividades artísticas e
92 culturais locais. Também foram levantadas preocupações quanto à proposta de
93 adaptação do antigo Clube Ipiranga para funcionamento como teatro, ponderando-se
94 que o imóvel possui significativo valor histórico e cultural, podendo ser destinado à
95 implantação de um museu ou outro equipamento voltado à preservação da memória do
96 município. Os conselheiros defenderam que a solução para a ausência de um teatro



municipal não deve comprometer a preservação de outros bens culturais de relevância histórica. Durante os debates, foi igualmente ressaltada a necessidade de planejamento de longo prazo para implantação de um espaço definitivo destinado às artes cênicas, em substituição às soluções provisórias atualmente adotadas, como a montagem de estruturas temporárias para apresentações. Ao final, deliberou-se pelo encaminhamento de ofício, em nome do Conselho Municipal de Políticas Culturais, à Secretaria Municipal de Cultura, solicitando informações oficiais acerca da situação do Teatro Municipal, da aplicação dos recursos destinados à sua reforma, do andamento das providências adotadas e das perspectivas para solução definitiva da demanda. Também foi registrado esclarecimento de que o Cineclube mencionado durante os debates constitui instituição de natureza privada, não integrando a estrutura do Município, embora tenha sido reconhecida sua importância para a atividade cultural local. Prosseguindo, o Grupo de Trabalho de Comunicação apresentou informes acerca das atividades desenvolvidas desde sua criação. Foi relatada a realização da primeira reunião do grupo e a necessidade de ampliação de sua composição. Também foram apresentados os instrumentos de comunicação já disponibilizados pelo Conselho, incluindo formulário eletrônico para recebimento de sugestões de pauta, canais digitais de divulgação institucional e mecanismos destinados ao armazenamento e organização de documentos produzidos pelo colegiado. Os conselheiros foram orientados a encaminhar informações para composição de seus perfis institucionais e a comunicar previamente a realização de reuniões setoriais, permitindo ampla divulgação junto à comunidade cultural. Ainda no âmbito da comunicação institucional, foi reforçada a importância do registro formal das reuniões setoriais, dos grupos de trabalho e das demais atividades do Conselho, como forma de preservação da memória institucional e garantia da transparência dos trabalhos desenvolvidos. Ao final dos debates, foram prestados informes gerais sobre o andamento das atividades do Conselho, a organização dos grupos setoriais e a necessidade de fortalecimento da participação da sociedade civil nos processos de discussão das políticas culturais do município. Ficou igualmente registrada a importância da manutenção do diálogo institucional entre Conselho, Secretaria Municipal de Cultura, Poder Legislativo e comunidade cultural, visando ao aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas voltadas ao setor. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos os conselheiros e participantes,



129 declarando encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e
130 aprovada, será assinada na forma regimental.